



O DIÁLOGO ENTRE DUSSEL E KRENAK SOBRE O CORPO EM RELAÇÃO À COLONIALIDADE DA CIÊNCIA MODERNA

LÍGIA LOPES RUEDA KOCIAN¹ E SÔNIA APARECIDA SIQUELLI²

RESUMO: O presente artigo, sobre a análise histórico-filosófica e a constituição da ciência moderna, buscou verificar a tensão com o projeto europeu de modernidade e com a colonialidade do saber. Parte-se da consolidação do paradigma científico entre os séculos XVI e XVII que sugeriu uma reorganização ontológica fundada na separação entre sujeito e objeto, razão e corpo, humanidade e natureza, instituindo uma racionalidade universal e neutra. Fundamentado em Dussel (2012; 1995) e na crítica cosmológica de Krenak (2019), é possível dizer que tal racionalidade resultou na desincorporação do conhecimento e na exclusão sistemática de Epistemologias Outras. Com base em uma abordagem reflexiva e filosófica, realizou-se uma análise de textos clássicos da modernidade e obras contemporâneas que problematizam a colonialidade do saber, buscando articular dimensão histórica e reflexão conceitual. A racionalidade científica moderna, ao afirmar-se como universal e neutra, ocultou suas condições históricas de produção e contribuiu para a marginalização de saberes corporificados e situados. Nesse contexto, o corpo pode ser compreendido como categoria epistemológica capaz de tensionar o universalismo abstrato e abrir espaço para um horizonte pluriversal de produção do conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: História da Ciência; Filosofia da Ciência; Colonialidade do Saber; Corporeidade; Ética da Libertação.

ABSTRACT: The present article, based on a historical-philosophical analysis of the constitution of modern science, sought to examine the tension with the European project of modernity and with the coloniality of knowledge. It is grounded in the argument concerning the consolidation of the scientific paradigm between the 16th and 17th centuries, which suggested an ontological reorganization based on the separation between subject and object, reason and body, humanity and nature, thereby establishing a universal and neutral rationality. Grounded in Dussel (2012; 1995) and in the cosmological critique of Krenak (2019), it is possible to state that such rationality resulted in the disembodiment of knowledge and in the systematic exclusion of Other Epistemologies. It is based on a reflective and philosophical approach, an analysis of classical texts of modernity and contemporary works that problematize the coloniality of knowledge, seeking to articulate the historical dimension and conceptual reflection. Modern scientific rationality, by asserting itself as universal and neutral, concealed its historical conditions of production and contributed to the marginalization of embodied and situated knowledges. In this context, the body can be understood as an epistemological category capable of challenging abstract universalism and opening space for a pluriversal horizon of knowledge production.

KEYWORDS: History of Science; Philosophy of Science; Coloniality of Knowledge; Corporeality; Ethics of Liberation.

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade São Francisco (USF). E-mail: ligia.kocian@mail.usf.edu.br.

² Professora da Universidade São Francisco (USF), vinculada ao programa de pós-graduação em Educação da mesma Universidade. Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Editora da revista Horizontes/USF. E-mail: soniapsiquelli@gmail.com.

Entre os séculos XVI e XVII, uma concepção dualista separou sujeito e objeto, razão e corpo, humanidade e natureza. A ciência moderna consolidou-se como paradigma hegemônico de racionalidade, o que foi configurado como história da ciência, no contexto de uma Revolução Científica (Shapin, 1996; Koyré, 1982). Esse modelo foi articulado à necessidade do racionalismo cartesiano e ao desenvolvimento do método experimental, propagando uma forma específica de produção do conhecimento, tornando-se referência normativa para o pensamento científico ocidental. Porém, a constituição histórica dessa racionalidade não se deu em um vazio político ou cultural.

Intrinsecamente vinculada ao processo de expansão colonial europeia, como demonstram estudos que relacionam ciência, expansão imperial e produção de saberes coloniais (Raj, 2007; Schiebinger, 2004), eles produziram hierarquizações epistêmicas e silenciaram saberes outros, situados fora do eixo europeu.

A necessidade do avanço em relação à análise das implicações sociais e políticas da ciência ainda permanece pouco explorada diante de uma perspectiva histórico-filosófica, bem como sua relação estrutural entre modernidade científica e colonialidade do saber. Entretanto, fazem-se necessários questionamentos sobre em que medida a ciência moderna, ao afirmar-se como universal, pode contribuir para a exclusão sistemática de epistemologias corporificadas. Uma outra questão que emerge destas reflexões é a de possibilidades críticas que surgem quando deslocamos o centro epistêmico para aquilo que foi historicamente produzido como exterioridade.

Assim, propor uma análise histórico-filosófica da constituição da ciência moderna a partir da crítica à colonialidade do saber, buscando articular as contribuições da obra *Ética da Libertação na idade da globalização e da exclusão* de Enrique Dussel e a crítica de Ailton Krenak, entre outros autores que contribuem com a discussão, leva à necessidade de compreensão da desincorporação do conhecimento, ou seja, da separação entre pensamento e corpo, o que estabelece um elemento estruturante da racionalidade científica moderna. Para Dussel (1995) a dualidade corpo-alma não deve ser entendida como uma separação, mas como uma unidade na qual a subjetividade e a corporeidade se entrelaçam de maneira inseparável. A partir do que o filósofo traz sobre o conceito de exterioridade e da crítica que Krenak (2019) realiza ao antropocentrismo, sustenta-se que o corpo pode ser compreendido como categoria epistemológica, capaz de tensionar o universalismo abstrato e abrir espaço para horizontes pluriversais de produção do conhecimento.

Como afirma Turato (2000), a pesquisa qualitativa caracteriza-se principalmente pela profundidade de análise, se preocupando basicamente com significados, opiniões e representações acerca de determinado fenômeno. A análise de textos tem como fundamento os clássicos da modernidade e de obras contemporâneas que problematizam a colonialidade do saber, buscando articular dimensão histórica e reflexão conceitual.

A Constituição Histórico-Filosófica da Ciência Moderna

Com a concretização da ciência moderna, que aconteceu entre os séculos XVI e XVII, houve um marco na transformação profunda na forma de compreender a natureza, o conhecimento e o próprio sujeito. Denominado o processo como Revolução Científica, ela foi associada a Bacon (1779) e Descartes (1641). Eles não instituíram novos métodos de investigação, mas uma reorganização ontológica e epistemológica da realidade. Essa reestruturação resultou na quantificação do mundo natural, na centralidade do método e na afirmação de um sujeito racional capaz de conhecer a natureza como objeto externo, mensurável e manipulável.

Partindo de um método indutivo e com base em preconceitos e ilusões que apagavam a observação de forma objetiva, Bacon (1779), buscou libertar o conhecimento dos “ídolos”. Já Descartes (1641) estabelece o *cogito* como fundamento do conhecimento, consolidando a divergência entre *res cogitans* e *res extensa*. Essa separação estabelece uma dualidade estrutural, colocando de um lado o sujeito pensante, racional e universal, e de outro lado a natureza transformada em extensão, passível de cálculo e domínio.

A divergência não foi apenas uma intervenção metodológica e sim a produção de uma concepção específica de racionalidade abstrata, desincorporada e supostamente neutra, na qual o corpo passa a ser compreendido como mecanismo e objeto. A experiência sensível é dependente da razão matemática, a natureza é reconfigurada como recurso e o conhecimento válido torna-se aquele que pode ser sistematizado e quantificado, segundo critérios universais e formais.

A universalização do método científico coincide com a imposição de uma hierarquia civilizatória que classificou povos, culturas e saberes segundo critérios de racionalidade definidos com base na experiência europeia e o que se constituiu como “ciência” não foi apenas um conjunto de práticas cognitivas, e sim um regime de verdade que passou a determinar quais formas de conhecimento seriam reconhecidas como legítimas.

Quijano (2005) denominou essa lógica de colonialidade do saber, e afirmou que a modernidade europeia produziu uma matriz de poder que operou simultaneamente nos âmbitos econômico, político e epistêmico, classificando populações e saberes segundo critérios raciais e culturais. Diante disso, a ciência moderna tornou-se instrumento privilegiado de legitimação dessa hierarquização, estabelecendo fronteiras entre conhecimento “científico” e saberes considerados “tradicionais”, “míticos” ou “pré-modernos”.

A ciência moderna, ao separar radicalmente sujeito e objeto, razão e corpo, humanidade e natureza, afirmando-se como modelo neutro e descontextualizado, escondeu sua própria localização histórica, consolidando uma epistemologia que se apresentava como desencarnada. Dessa forma, o sujeito passa a ser concebido como consciência abstrata, sem território, sem corporeidade e sem inserção histórica, apontando que essa desincorporação não é apenas teórica e pode ter implicações políticas profundas, contribuindo para a invisibilização de experiências situadas e para a deslegitimação de epistemologias enraizadas na corporeidade e na relação com o mundo.

Expandindo sua autoridade, ao longo dos séculos a ciência moderna tornou-se referência normativa para as demais formas de produção do saber, mediante a ideia de progresso científico, articulada ao desenvolvimento tecnológico e à expansão capitalista, reforçando a narrativa de superioridade da racionalidade ocidental, história discutida na tradição moderna como horizonte teleológico do desenvolvimento histórico (Koselleck, 2006). Essa narrativa também causou exclusões, com os saberes indígenas, africanos e populares sendo constantemente desqualificados, não por ausência de racionalidade, mas por não seguir o modelo epistêmico dominante.

A crítica histórico-filosófica à ciência moderna não implica negar suas contribuições, mas sim problematizar as condições de suas urgências e universalização, compreendendo que o paradigma científico moderno não é neutro nem inevitável, mas resultado de processos históricos situados.

Ao reconhecer sua inserção na lógica colonial da modernidade, torna-se possível questionar seus pressupostos ontológicos, especialmente a fragmentação do real e a redução do corpo à condição de objeto, abrindo espaço para uma reflexão que reintegre corporeidade, historicidade e pluralidade epistêmica, deslocando o olhar para as críticas formuladas e considerando a exterioridade do sistema moderno. A análise da constituição histórico-filosófica da ciência moderna prepara, assim, o terreno para compreender como determinadas filosofias

latino-americanas e cosmologias indígenas tensionam seus fundamentos, não apenas como críticas culturais, mas como questionamentos epistemológicos estruturais.

Dussel e a Crítica à Modernidade Eurocêntrica: Exterioridade e Desincorporação do Saber

Ao analisar a constituição histórico-filosófica da ciência moderna, entendemos que sua consolidação não foi apenas um avanço metodológico, mas sim, a afirmação de uma racionalidade específica historicamente vinculada ao projeto europeu de modernidade, e nesse contexto Dussel (1995), oferece um potencial crítico fundamental para compreender os limites ontológicos e epistemológicos desse paradigma.

Para Dussel (2012), toda filosofia parte de um “lugar” determinado. A pretensão de universalidade do pensamento europeu ocultou o fato de que ele emergiu de uma experiência histórica particular, marcada pela expansão colonial e pela constituição de um sistema-mundo centrado na Europa. Em obras como *Filosofia da Libertação* (1995) e *Ética da Libertação na Idade da Globalização e da Exclusão* (2012), o autor aborda que a modernidade não pode ser compreendida sem reconhecer o encobrimento do outro, isto é, a negação das alteridades produzidas pela conquista e colonização das Américas.

A ciência moderna consolidou um sujeito cognoscente abstrato e desincorporado, que, para Dussel (2012), desloca o ponto de partida da reflexão filosófica para a exterioridade, questão central em sua obra. Segundo o autor, a exterioridade refere-se à posição daqueles que foram historicamente situados fora da totalidade moderna, como povos colonizados, corpos racializados, sujeitos marginalizados, entre outros. Não se trata de uma marginalidade acidental, mas estrutural, que foi produzida pela lógica da modernidade eurocêntrica.

A racionalidade científica moderna, ao afirmar-se como universal, operou um duplo movimento: de um lado, objetifica a natureza e o corpo, e, do outro, invisibiliza as experiências históricas que não se conformam com o modelo europeu de racionalidade. Dussel (2012) identifica nesse processo o que denomina “totalidade”, isto é, um sistema que se autoafirma como completo e suficiente, excluindo de seu horizonte aquilo que não pode ser assimilado aos seus critérios internos.

Dussel(2012), não faz crítica contra a ciência enquanto tal, mas sim contra sua radicalização, que, ao ser transformada em paradigma exclusivo de racionalidade, passa a exercer função normativa sobre todas as formas de conhecimento, deslegitimando saberes situados e práticas epistemológicas enraizadas na experiência concreta da vida.

De acordo com Dussel (2012), o corpo não é mero objeto biológico, mas condição natural da existência. Assim, a corporeidade assume relevância central. É por meio do corpo que sente fome, dor, necessidade. Ele é vulnerável e finito, e toda produção econômica, política e simbólica parte dessa condição material da vida. Ao deslocar o fundamento ético da abstração racional para a vida concreta dos corpos, o autor busca propor uma inversão epistemológica, pois o critério de verdade não pode ser separado da preservação e promoção da vida.

Essa perspectiva tensiona diretamente o modelo científico que reduz o corpo à condição de *res extensa*, isto é, a objeto manipulável. Se na modernidade o sujeito cognoscente é concebido como consciência desincorporada, Dussel (2012), recoloca o corpo como ponto de partida da reflexão filosófica, em uma reorientação que possui implicações epistemológicas profundas ao conhecer que não age com base na neutralidade abstrata, mas desde uma posição situada na trama histórica e material da existência.

A exterioridade, reconhecida como lugar privilegiado da crítica, Dussel (2012), rompe com o universalismo abstrato da modernidade e inaugura a possibilidade de um horizonte pluriversal, na qual a ciência moderna deixa de ser medida absoluta do conhecimento e passa a ser compreendida como uma entre outras formas possíveis de racionalidade. A crítica histórico-filosófica à modernidade científica, portanto, não implica sua rejeição, mas sua reinscrição em um contexto mais amplo, no qual a vida concreta dos sujeitos historicamente oprimidos constitui critério ético e epistemológico.

Dussel (2012) afirma que na idade da globalização e exclusão há elementos importantes para pensarmos a desincorporação do saber como efeito estrutural da modernidade, colocando a corporeidade como categoria crítica capaz de tensionar o paradigma científico dominante. Ao deslocar o centro da reflexão para a exterioridade e para a vida concreta, Dussel (2012) abre espaço para repensar os fundamentos ontológicos da racionalidade moderna, preparando o espaço para diálogos com outras cosmologias e formas de conhecimento que desafiam a separação entre corpo, natureza e saber.

Krenak e a Crítica ao Antropocentrismo Científico Moderno

A crítica à modernidade científica não se limita ao plano epistemológico, envolvendo também uma crítica ontológica, ou seja, uma revisão das concepções fundamentais acerca da relação entre humanidade e natureza que sustentaram a racionalidade moderna. Nesse sentido, o pensamento de Ailton Krenak (2019) fornece uma contribuição decisiva para tensionar os fundamentos cosmológicos do paradigma científico moderno.

Krenak (2019), em sua obra *Ideias para adiar o fim do mundo*, questiona a própria noção de “humanidade” como categoria universal. Para o autor, o projeto moderno construiu uma ideia homogênea de ser humano desvinculada da terra, da ancestralidade e das relações comunitárias. Essa concepção dialoga com o avanço do capitalismo e da técnica, consolidando uma lógica de separação entre humanidade e natureza, legitimando práticas de exploração ambiental e a instrumentalização dos corpos e territórios.

A ciência moderna, ao instituir a natureza como objeto de investigação e domínio, consolidou a chamada “Grande Divisão” moderna entre natureza e sociedade (Latour, 1994) e participou ativamente desse processo. A fragmentação do real em partes passíveis de análise, a transformação de fenômenos naturais em números e cálculos e a afirmação da neutralidade do sujeito cognoscente contribuíram para reforçar uma ontologia dualista e mediante essa perspectiva a natureza passa a ser recurso, o mundo, matéria disponível, e o corpo, mecanismo, em um contexto no qual o conhecimento passa a operar sob a lógica da previsibilidade e do controle.

Por meio de uma cosmologia relacional, Krenak (2019) afirma que para os povos indígenas não existe a separação entre corpo, território e existência. A terra não é objeto externo, mas condição viva de pertencimento, e o corpo não é máquina, mas território sensível, atravessado por memória, espiritualidade e coletividade. Ao criticar o que denomina “humanidade-zumbi”, Krenak (2019) aponta para o esvaziamento existencial produzido por um modelo civilizatório que privilegia produtividade e progresso em detrimento da experiência sensível da vida.

Abordando diretamente o imaginário científico moderno e valendo-se dessa crítica frequentemente associada ao avanço técnico-científico, a narrativa do progresso sustenta a ideia de que a humanidade caminha de forma linear, rumo a estágios superiores de desenvolvimento. Para Krenak (2019), essa linearidade encobre processos de devastação ambiental, destruição cultural e extermínio de povos originários. Nessa perspectiva, o chamado “fim do mundo”, para muitos povos indígenas, já aconteceu com a colonização e com a imposição de um modelo civilizatório que desconsidera outras formas de existência.

Krenak (2019) desloca o centro da reflexão para a interdependência entre vida humana e mundo natural ao tensionar o antropocentrismo moderno. Esse posicionamento não se trata de uma simples crítica cultural, mas busca uma revisão dos pressupostos ontológicos que sustentam a ciência moderna, ponderando que se o paradigma científico consolidou a separação

sujeito/objeto como fundamento do conhecimento, a cosmologia indígena propõe uma compreensão do real na qual conhecer não significa dominar, mas integrar-se.

Desta forma, a crítica de Krenak (2019) amplia a análise desenvolvida por Dussel (2012). Enquanto este evidencia o encobrimento do Outro e a exclusão da exterioridade no interior da modernidade, Krenak (2019), revela a exclusão da própria Terra como sujeito de relação. A natureza, transformada em objeto pela racionalidade científica, deixa de ser interlocutora e converte-se em recurso. O resultado é uma crise ecológica e civilizatória que evidencia os limites do paradigma moderno.

Elementos de muitos contextos indígenas como a arte, a dança, o canto e os rituais, essas manifestações não se separam da vida cotidiana e para Krenak (2019) se dão como práticas de reencantamento do mundo. Essas práticas não podem ser analisadas apenas como expressões culturais, mas como manifestações de uma ontologia distinta, pois expressam uma forma de conhecimento encarnado no qual o corpo e o território não estão dissociados, sendo uma epistemologia vivida na qual o saber e o existir não se fragmentam ou se separam.

Ao falar do corpo como território, Krenak(2019) desafia diretamente a concepção moderna que reduz esse corpo à dimensão biológica e funcional, e esse passa a ser espaço de memória histórica e de resistência cosmológica. Tensiona a ideia de sujeito, essa concepção científica desincorporada, propondo uma racionalidade enraizada na experiência sensível e na correlação ecológica.

Se a ciência moderna foi fundamentada na fragmentação e no controle, a perspectiva indígena aponta para a integração e para o cuidado como princípios estruturantes. Essa tensão não se resolve pela simples substituição de um paradigma por outro, mas pela abertura a um sentido plural no qual múltiplas racionalidades possam coexistir sem serem hierarquizadas. Com base na crítica ao antropocentrismo científico moderno, somos levados a repensar a própria noção de conhecimento.

Ao tratar da crise contemporânea, Krenak (2019) mostra que ela não é apenas ambiental, mas também epistemológica, e o modelo científico que sustentou a modernidade revela seus limites diante da devastação ecológica e da fragmentação existencial. Portanto, reintroduzir o corpo e a Terra como dimensões centrais do pensamento sugere questionar os fundamentos ontológicos da ciência moderna, reconhecendo a necessidade de outras formas de produzir o conhecimento.

O Corpo como Exterioridade Epistemológica: por uma Reconfiguração Histórico-Filosófica da Racionalidade Científica

Ao fazer uma análise histórico-filosófica da constituição da ciência moderna, foi possível evidenciar que sua consolidação implicou em uma reorganização profunda da relação entre sujeito, corpo e mundo. Essa separação cartesiana entre *res cogitans* e *res extensa* não aconteceu apenas no plano teórico, mas estabeleceu um paradigma de racionalidade que privilegiou a abstração, a neutralidade e a universalização metodológica como critérios de validade, e o corpo nesse processo foi progressivamente deslocado para o campo do objeto, enquanto o sujeito do conhecimento foi idealizado como consciência desincorporada.

Essa desincorporação não é apenas uma escolha epistemológica e sim uma parte que constitui elemento estrutural da modernidade. Por meio dessa perspectiva, ao ansiar a universalidade, a ciência moderna esconde condições históricas e geopolíticas de sua emergência. O sujeito cognoscente que se apresenta como neutro e universal é, na verdade, situado como europeu, masculino, letrado, inserido em um contexto específico de expansão colonial e consolidação capitalista.

Dussel (2012), ao falar da exterioridade, nos mostra sua potência epistemológica. Ela não designa apenas os povos colonizados ou os sujeitos marginalizados, mas tudo aquilo que escapa à totalidade moderna. Se a ciência moderna organizou o mundo segundo uma lógica de domínio e objetificação, o corpo em sua vulnerabilidade, finitude e historicidade permanece como elemento irreduzível à abstração, não podendo ser plenamente assimilado à lógica instrumental sem que se perca a dimensão concreta da vida.

Pensar o corpo como exterioridade epistemológica implica reconhecer que a experiência encarnada constitui condição originária do conhecimento, compreendendo que não existe sujeito desvinculado de território, memória e história, pois todo ato de conhecer parte de uma posição situada, atravessada por afetos, necessidades e relações. A neutralidade, nesse sentido, revela-se como construção que mascara relações de poder e hierarquias epistêmicas.

A questão aqui discutida não se dirige à ciência enquanto prática de investigação sistemática, mas à radicalização de um modelo específico de racionalidade. A ciência moderna, ao se transformar em paradigma exclusivo, passou a determinar os critérios de inteligibilidade do mundo, negando outras formas de conhecimento. A partir disso, a colonialidade do saber não operou apenas pela exclusão de conteúdos, mas pela desqualificação das próprias condições corporais e relacionais do conhecimento.

Dussel (2012) faz sua contribuição permitindo compreender que o critério ético é fundamental, associado à preservação da vida concreta. O autor contribui ao falar que se o

conhecimento se separa da vida, ele corre o risco de converter-se em instrumento de dominação. Já a racionalidade instrumental, quando desvinculada da responsabilidade ética, pode legitimar processos de exploração ambiental, desigualdade social e objetificação dos corpos, sendo o corpo reintroduzido como categoria epistemológica, o que significa recolocar a vida no centro do horizonte cognitivo.

Na crítica de Krenak (2019), esse desvio encontra ressonância ao afirmar que “o corpo é território”, assim o autor desestabiliza a concepção moderna que separa sujeito e natureza. Segundo Krenak, o corpo não é máquina isolada, mas parte de uma trama relacional que envolve comunidade, ancestralidade e mundo natural, e conhecer, nessa perspectiva, não é dominar um objeto externo, mas participar de uma rede de interdependências.

A racionalidade encarnada que emerge desse diálogo não pretende substituir a ciência moderna por um relativismo indiscriminado. A situação é contrária, o que se propõe é ampliá-la, inscrevendo-a em um caminho pluriversal.

Quando se trata de pluriversalidade, presente em debates decoloniais contemporâneos, Mignolo (2011) e Escobar (2018) apontam a coexistência de múltiplas racionalidades sem que uma delas se imponha como medida absoluta das demais. Portanto o corpo, enquanto lugar de memória histórica e de experiência concreta, torna-se critério crítico para avaliar práticas científicas a partir de seus impactos sobre a vida.

Essa reconfiguração implica reconhecer que a ciência moderna é uma dentre outras formas possíveis de organizar o saber, e sua emergência esteve vinculada a processos específicos, como a Revolução Científica, a expansão colonial e a consolidação do capitalismo, que moldaram seus pressupostos ontológicos. Ao problematizar esses fundamentos, não se nega sua importância, mas desnaturaliza-se sua pretensão de universalidade.

A fragmentação do real em objetos isolados, embora metodologicamente ativa, pode apagar-se das interdependências ecológicas e sociais que sustentam a vida. Uma racionalidade encarnada não rejeita a análise, mas a integra a uma perspectiva relacional na qual o conhecimento é inseparável da responsabilidade.

As práticas corporais e artísticas, sob a perspectiva da resistência cultural, podem ser compreendidas também como modos de produção de saber, assim como a dança, o ritual, a oralidade e as formas comunitárias de transmissão do conhecimento articulam sensibilidade, memória e coletividade, configurando epistemologias que não separam teoria e prática. Reconhecer essas práticas como precursoras de racionalidade própria é desafiar a hierarquia epistêmica que a modernidade instituiu.

Aqui se evidencia que o corpo vai além de um tema de análise, sendo também princípio crítico e ético que em toda produção de conhecimento emerge de uma condição material e histórica. Ao se assumir esse corpo como exterioridade epistemológica, se acende a possibilidade de reconfigurar a ciência moderna partindo de um horizonte ético e relacional no qual a vida concreta constitui referência fundamental.

A corporeidade, quando inserida no debate histórico-filosófico da ciência, não representa retrocesso e sim um aprofundamento crítico que permite a compreensão de que o conhecimento não se realiza fora do mundo, mas no interior de uma trama de relações que envolve memória, território e responsabilidade. Ao deslocar o centro epistêmico da abstração universal para a experiência encarnada, a corporeidade estabelece a possibilidade de uma ciência que reconhece sua inserção histórica e sua vinculação à preservação da vida, sem abrir mão do seu rigor.

Considerações

Buscou-se discutir a ciência moderna, sua influência histórica em articulação com o projeto europeu de modernidade e com os processos de expansão colonial-entre os séculos XVI e XVII, com a consolidação do paradigma científico hegemônico. Isso resultou não apenas em transformações metodológicas, mas também em uma reorganização ontológica que separou sujeito e objeto, razão e corpo, humanidade e natureza, e essa junção tornou-se fundamento de uma racionalidade que se afirma como universal ao mesmo tempo que esconde suas condições históricas de produção.

Com base na crítica de Dussel (2012), evidenciou-se que a modernidade não pode ser compreendida sem reconhecer o encobrimento do Outro e a constituição de uma totalidade que exclui a exterioridade. A ciência moderna, ao converter-se em paradigma exclusivo de conhecimento válido, participou desse processo de hierarquização epistêmica, deslegitimando saberes situados e experiências corporificadas que não se conformavam ao modelo europeu de racionalidade.

Em diálogo com a crítica de Dussel(2012) à modernidade, Krenak (2019) vem aprofundar a crítica ao antropocentrismo e à ontologia segmentada que sustentam o imaginário científico moderno, na qual a separação entre humanidade e natureza, consolidada como pressuposto implícito da racionalidade instrumental, revela o elemento central de uma crise que é ao mesmo tempo ecológica, civilizatória e epistemológica. A ciência moderna, ao transformar

o mundo em objeto de domínio, contribuiu para instaurar uma lógica de exploração que atinge tanto territórios quanto corpos.

A discussão em questão teve como premissa compreender o corpo como exterioridade epistemológica sem negar os aportes da ciência moderna, questionando sua absolutização ao reconhecer que todo conhecimento surge de uma condição encarnada, histórica e situada, tornando possível tensionar o anseio de neutralidade que marcou a racionalidade moderna. O corpo, enquanto lugar de vulnerabilidade, memória e relação, estabelece critérios críticos capazes de reinscrever o conhecimento em um caminho ético orientado pela preservação da vida.

Sob essa perspectiva, reconhecer a ciência moderna como produto histórico não diminui sua relevância e sim fortalece a possibilidade de transformá-la criticamente. A abertura para um caminho pluriversal, no qual múltiplas racionalidades possam conviver sem hierarquização, constitui um passo determinante para enfrentar os limites dos paradigmas modernos. Repensar os fundamentos ontológicos da ciência torna-se tarefa urgente em tempos marcados por crises ambientais, desigualdades estruturais e disputas epistemológicas.

Essa perspectiva não representa um retorno a formas pré-modernas de conhecimento, mas aprofundamento crítico da própria racionalidade, com a reintegração da corporeidade ao campo epistemológico, ao deslocar o centro do saber da abstração universal para a experiência encarnada, inaugurando a possibilidade de uma ciência que não abre mão do rigor e também reconhece sua inserção histórica e sua responsabilidade diante da vida.

Assim, a crítica histórico-filosófica aqui empreendida não busca dissolver a ciência moderna, mas reinscrevê-la em um horizonte mais amplo no qual o conhecimento não se separa do mundo que o torna possível. O corpo, enquanto exterioridade irreduzível à totalidade instrumental, recorda que toda racionalidade deve responder, em última instância, à dignidade e à continuidade da vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACON, Francis. *Novum Organum*. Tradução de José Aluysio Reis de Andrade. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

DESCARTES, René. *Discurso do método*. Tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Original publicado em 1637).

DUSSEL, Enrique. *Filosofia da libertação*. São Paulo: Loyola, 1995.

DUSSEL, Enrique. *Ética da libertação na idade da globalização e da exclusão*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

ESCOBAR, Arturo. *Designs for the pluriverse: radical interdependence, autonomy, and the making of worlds*. Durham: Duke University Press, 2018.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira. Revisão da tradução de César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2000.

KOYRÉ, Alexandre. *Do mundo fechado ao universo infinito*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LATOUR, Bruno. *Nunca fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

MIGNOLO, Walter D. *Epistemologias do sul e pensamento decolonial*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130.

RAJ, Kapil. *Relocando a Ciência Moderna: Circulação e a Construção do Conhecimento no Sul da Ásia e na Europa, 1650–1900*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2007.

SCHIEBINGER, Londa. *Plantas e Império: Bioprospecção Colonial no Mundo Atlântico*. Cambridge, MA: Harvard University Press. (2004).

SHAPIN, Steven. *The scientific revolution*. Chicago: University of Chicago Press, 1996.

TURATO Egberto Ribeiro. Introdução à metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: definição e principais características. *Revista Portuguesa de Psicossomática*. 2000. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/287/28720111.pdf>. Acesso em: 25 abril. 2025.